

VALORES DE CONSCIÊNCIA: CRÍTICA HISTORIOGRÁFICA, EXPERIÊNCIA E ORIENTAÇÃO EM MANOEL BOMFIM*

Clayton José Ferreira**

Resumo: Este artigo tem por objetivo apresentar a crítica historiográfica e os apontamentos sobre a elaboração da escrita da história no ensaio *O Brasil na História: deturpação das tradições, degradação política* (1930) de Manoel Bomfim (1868–1932) além de seus argumentos sobre a possibilidade de orientação através das experiências do passado. Tais compreensões referem-se a muitos dos debates a respeito do saber histórico na Primeira República. A hipótese é de que, para Bomfim, a história possui um papel moral e orientador intrínseco a sociedade, o que aponta para a necessidade de abordar dimensões subjetivas e objetivas da realidade plástica na historiografia.

Palavras-chave: História da Historiografia; História Intelectual; Manoel Bomfim.

Abstract: This article's goal is to introduce the historiographic critique and observations about history's writing elaboration, in "O Brasil na História: deturpação das tradições, degradação política" essay, written by Manoel Bomfim (1868-1932) and published for the first time in 1930. These comprehensions refer to many debates about de historic knowledge in brazilian First Republic. The hypothesis, to Bomfim, is: history has a moral and guiding act, which is intrinsic to society. It points to a need for objective and subjective approaching dimensions from plastic reality in historiography.

Keywords: History of Historiography; Intellectual History, Manoel Bomfim.

* Artigo submetido à avaliação em 23 de setembro de 2015 e aprovado para publicação em 27 de outubro de 2015. Este texto é resultado parcial da pesquisa realizada sob a orientação do Prof. Dr. Marcelo de Mello Rangel junto ao Programa de Pós-Graduação da UFOP e fomentada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Agradecimentos especiais para a Prof. Helena Azevedo Paulo de Almeida pela tradução para o inglês do resumo, ao Me. André Ramos pela minuciosa leitura e apontamentos e pela revisão realizada pela Prof. Nayara Santos. Artigo aceito no dia 06 de Novembro de 2015.

** Mestrando em História pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP).

Em *O Brasil na História: deturpação das tradições, degradação política* (1930), ensaio escrito por Manoel Bomfim (1868-1930),¹ encontramos muitas compreensões importantes acerca do debate sobre a escrita da história no final do século XIX e início do XX no Brasil. O tema é tratado de forma transversal, a saber, a sensação de atraso do Brasil (social, econômico, político, etc.) em contraste com a Europa e os Estados Unidos da América e o esforço em desconstruir certo desprestígio conferido a história e as tradições nacionais, duas principais questões de Manoel Bomfim. Neste ensaio o autor não possui a intenção de sistematizar a história e a historiografia,² mas interpretar o passado brasileiro e fazer um balanço historiográfico crítico enquanto debate seus dois principais problemas. Como destacou a historiadora Rebeca Gontijo:

Enfocando a atividade crítica da historiografia – expressa, principalmente, no livro *O Brasil na História* –, é possível recuperar sua reflexão sobre a história, onde estão presentes observações sobre como a história deveria ser escrita, que não se referem unicamente à narrativa historiográfica, mas que também tocam em questões metodológicas referentes à relação entre objetividade e subjetividade no trabalho do historiador (GONTIJO, 2003, p. 129-154).

Escrever história neste período, para Bomfim, significava estar intrinsecamente ligado a uma obrigação moral a despeito da tomada de consciência de que há problemas a serem enfrentados com urgência para promover o *progresso*; categoria usada com frequência nesta experiência histórica. Significava também legitimar a soberania de uma nacionalidade, frente a outros povos. Para Bomfim, dar conta desta tarefa significava nacionalizar a escrita da história sobre o Brasil, pois não se podia esperar que um historiador de outra nação, que não compartilhasse as mesmas experiências sob uma identidade nacional possuísse necessariamente este mesmo ideal moral e legitimador como princípio. Inclusive, segundo o ensaísta, os historiadores patrocinados pela

¹ Bomfim possuía formação em medicina, estudou psicologia e pedagogia, atuando a maior parte de sua carreira como professor, autor de ensaios (*A América Latina: males de Origem* em 1905, *Lições de Pedagogia*, em 1915, *Noções de Psicologia*, em 1917, *A Cartilha*, em 1922, *Lições e Leituras*, *Crianças e Homens*, *Livro dos Mestres*, todos em 1922; *Pensar e Dizer*, em 1923, *O Método dos Testes*, em 1928, *O Brasil na América*, em 1929, *O Brasil Nação* em 1931, *Cultura e educação do povo brasileiro*, em 1932), artigos em revistas (a maior parte com temática educacional - colaborou com a fundação da revista *Pedagogium em 1897*, *A Universal* em 1901 e *O Tico-Tico* em 1905), livros didáticos (*Livro de composição para o curso complementar das escolas primárias*, de 1899, *Livro de leitura: para o curso complementar das escolas primárias*, em 1901, *Através do Brasil*, em 1910), foi diretor do *Pedagogium* (instituição que reuniu tecnologias educacionais) e redator de diversos jornais (onde escreveu artigos de cunho educacionais). A vida de Bomfim foi minuciosamente estudada na biografia sociológica realizada por Ronaldo Conde Aguiar (2000, p. 521-525).

² Bomfim comete algumas imprecisões históricas como, por exemplo, atribuir à existência de uma experiência de nação tanto antes como no ato do rompimento político com Portugal. Para uma leitura mais aprofundada a respeito dos conceitos de pátria, país e nação na colônia, no Império Português e com a independência política do Brasil ler o trabalho de Jancsó e Pimenta (1999).

monarquia evidenciavam que nem mesmo o sentimento de pertencimento poderia despertar, necessariamente, este ideal.

Bomfim esforçou-se por refletir sobre o ofício do historiador e, ao realizar este procedimento, tentou provocar seus leitores historiadores a fazerem o mesmo. Escrever história para Bomfim significava atrelar-se a uma grande responsabilidade já que uma das perspectivas da ciência do período delimitava o que o ensaísta chamava de "degradação" ligada à composição étnica brasileira e suas capacidades. Para o autor, o historiador deveria estar consciente das consequências que reificar tais argumentos poderiam ter: um impacto desmoralizante e desmotivador na sociedade do período. Era necessário, portanto, desvelar a nossa verdadeira "tradição" e "potencialidades" (BOMFIM, 1930, p. 265). As paixões nacionais, aquilo que compõe uma espécie de caráter e sentimentos compartilhados pelos indivíduos, as afinidades de uma sociedade, seriam aqui uma importante dimensão para o trabalho intelectual do historiador. Não se trata, de forma alguma, propor um fechamento da sociedade brasileira ao mundo dentro de suas "qualidades", mas ao contrário, recomenda servir-se do que é brasileiro e, deste modo, contribuir para o que ele mesmo chamava de um momento cosmopolita da civilização, ou melhor, ao ideal civilizacional que norteava Bomfim e seus contemporâneos. Afinal, a respeito da tradição, também era possível "fecundá-la no contato de outros povos" (BOMFIM, 1930, p. 56).

330

Escrever história era, inevitavelmente, se envolver na formação moral dos seus leitores. Seria possível, criar tal consciência aos leitores através do desvelamento de tradições que demonstrassem o quanto as potencialidades do homem brasileiro no passado foram múltiplas. Não era possível obter uma objetividade restrita a despeito disto. As subjetividades são de singular importância para a compreensão de uma experiência passada. A história evidenciaria que o brasileiro não é um "degradado" ou que suas capacidades não são determinadas pela sua composição étnica. Era preciso compreender as motivações, as "vocações" da nação e, dessa forma, incentivar e trazer ânimo para as identidades e as mentalidades, estimulando assim o desenvolvimento social, e conseqüentemente o político e econômico. O trabalho historiográfico precisava se preocupar com o desvelamento das multiplicidades, daquilo que as constituiu e dos processos que revelassem as potencialidades dos povos. Este esforço, portanto, possuía um objetivo claro: era preciso legitimar a soberania de países considerados mestiços dando maior respaldo a participação da América Latina ao ideal de "civilização integrada", característico do final do século XIX e início do século XX (ARANTES, 1992, p. 22-25).

Em sua obra, Bomfim, preocupou-se em estudar e analisar uma importante parte da bibliografia de cunho histórico e sociológico que tematizavam o Brasil. No trabalho

eleito como nossa fonte, o autor faz referências às perspectivas historiográficas de autores como Varhangen, Southey, Frei Vicente do Salvador, Silva Guimarães, Euclides da Cunha, Oliveira Lima, Claudio Manoel da Costa, Paulo Prado, Capistrano de Abreu, Armitage e Rocha Pitta. Sua análise possui clara preocupação quanto à importância documental. É possível encontrar em *O Brasil na História*, citações de variados documentos administrativos, cartas, experiências de viajantes em algumas localidades do Brasil e textos que compõem suas fontes. Um dos aspectos da sua crítica se dá quanto às escolhas documentais³ dos historiadores que podem acabar por comprometer o resultado final do seu ofício. Sendo assim, analisa o trabalho de alguns destes autores citando quais documentos ao comporem seus textos, acabariam por evidenciar outras possibilidades e conclusões sobre os processos históricos.

Crítica historiográfica

Podemos verificar tal crítica quando escreve-se a respeito do argumento, encontrado nos trabalhos de Sarmiento e Garcia Calderon, de que a “atividade sertanista” dos Paulistas era criminosa, violenta, impune e que seus esforços eram somente para “captivar índios e caçar minas” (BOMFIM, 1930, p. 104-108). Segundo Bomfim, estes autores se utilizaram apenas das fontes escritas dos jesuítas e não tiveram o discernimento de que poderia haver outras documentações que matizavam as informações ali contidas. Também seria necessário, considerar que, por estarem atrelados à valorização da tradição a qual pertenciam, estes autores poderiam reafirmar estas “injúrias” contra os paulistas por considerar que eles teriam no desbravamento do oeste da América do Sul tomado terras consideradas castelhanas pelo tratado de Tordesilhas. Porém, no seu balanceamento da historiografia nacional, Bomfim aponta ter encontrado, muitas vezes, o mesmo estereótipo.

Os sertanistas poderiam ser reconhecidos também como aqueles que expandiram as terras brasileiras. Deste modo aponta que um documento da Câmara de São Paulo, datado de 1627, reporta ao governo metropolitano o aumento de suas posses através dos sertanejos (BOMFIM, 1930, p. 106). Aponta mais afrente que “a observação de um Silva Guimarães” ou “Muratori” não possuíam “sinceridade histórica”, apesar de serem “escrutadores de arquivos”. Muratori teria escrito que “admitte-se, ali [São Paulo], a escoria de todas as nações” e que “aspiram levar uma vida impunemente licenciosa”, já que eram independentes e a capitania não os governava. Contra esta conjectura,

³ Metodológicas, teóricas, que envolvem o interesse do patrocinador do historiador ou mesmo omissão ligada as suas concepções ideológicas.

Bomfim aponta, em uma carta dirigida ao rei datada de 1613 e escrita por letrados dizendo representar alguns grupos de paulistas, “queixumes” que os “governadores geraes em outra cousa não entendem nem estudam sinão como nos hão de esfolar, destruir e afrontar. Nisto gastam o seu tempo, elles não nos vêm nos governar e reger, nem aumentar a terra que o Sr. Martim Affonso ganhou” (BOMFIM, 1930, p. 107).

Neste exemplo, há o apontamento em relação ao uso arbitrário das fontes, além de sua utilização sem o emprego da crítica ao não procurar confrontar as informações de um documento, com as possibilidades diversas que outro pode conter. Nas notas de rodapés das páginas citadas aqui se encontram reflexões e referências, porém, similar a outros autores contemporâneos a Bomfim; não há referencia ao local onde se encontram a maioria dos documentos utilizados.⁴ Como característica da própria historicidade da obra, o autor preocupa-se com a possibilidade de verificar sua pesquisa informando o ano, qual o gênero do documento (carta, ofício, etc.), a autoria e em qual local foi escrito.

Quando trata das informações contidas em livros nos informa como verificá-las em rodapé, como no exemplo: “Carta de Cromwell, transcripta por Carlyle, na obra dedicada ao mesmo grande homem, sob o numero XXXL” (BOMFIM, 1930, p. 102). Outro exemplo é quando, indo ao encontro de Euclides da Cunha, Bomfim escreve em nota que, “todo aquelle sertão, em torno de Canudos” possui nas “designações topográficas”, remanescentes de várias etnias indígenas. Como fonte, cita o autor do artigo que leu, a revista, o tomo e a página, além de citar as páginas de *Os sertões*, nos possibilitando assim verificar suas informações e conclusões. É Possível, portanto, evidenciar certa preocupação com a possibilidade de o leitor verificar como trilhou sua investigação, utilizando-a com caráter de prova documental a respeito daquilo que informa ou argumenta. Nestas mesmas páginas, Bomfim inclusive critica a falta da utilização de referências em obras que leu (BOMFIM, 1930, p. 217). Muito a frente, ainda aponta que as documentações consideradas indiscretas ao governo podem ser destruídas por iniciativa estatal, o que deve ser levado em consideração para melhor compreender processos históricos.

Se descrevendo como “historiógrafo”, Bomfim escreve: “estas páginas, nutridas e inspiradas na história, não são, todavia, para systematização histórica dos sucessos. Esses ocorrem, aqui, como documentação, explicação, comentário...Nestas condições, a mesma ordem de acontecimentos, a mesma crise histórica, si tem importância justificativa, será invocada duas, trez vezes” (BOMFIM, 1930, p. 265). Esta passagem

⁴ Sobre como a referência e a possibilidade de verificação das informações contidas nos documentos em outros autores na primeira república e o tratamento documental em geral, é necessária maior investigação a qual, neste presente trabalho, não foi uma questão que procuramos nos envolver.

aponta claramente uma característica que comumente encontramos no gênero ensaístico do período, a repetição. Aqui há a tentativa e o esforço de explorar e evidenciar a argumentação em suas diversas possibilidades, mesmo que isto envolva retornar novamente a um mesmo ponto. Segundo o autor, muitos problemas históricos não são objetos de novos estudos devido a certa compreensão de que alguns historiadores apresentaram respostas definitivas. Isto ocorreria por excesso de prestígio e autoridade dada ao trabalho de historiadores como Varnaghem. Em *O Brasil na História* aponta a necessidade de recriar constantemente novas interpretações sobre o passado.

As identidades e as tradições nacionais teriam sido formadas através dos conflitos com países vizinhos, de forma reflexa, ou seja, através de relações conflituosas ou não, entre duas identidades dicotômicas em formação. As mobilizações entre as diversas capitanias, além do desbravamento ao oeste e ao sul, garantiram não apenas a defesa, mas o aumento e a unidade territorial. Ao redigir sua obra a criticar o Brasil, adotar modelos de interpretação "importados", defender a monarquia e apontar o atraso nacional em uma atitude desmotivadora, Varnaghem estaria deturpando a tradição do país. Segundo este historiador "a unidade do Brasil foi resultado da independência com a monarquia bragantina, e que, autônoma, a nação se desencadeou em desordens e facções, finalmente dominadas pela força orgânica da política monarchica" (BOMFIM, 1930, p. 110). Para Manoel Bomfim, autores como Varnaghem, Moreira Azevedo e Fernandes Pinheiro, estariam a favor de um governo monárquico, num esforço de manutenção de privilégio da aristocracia bragantina e seus agregados. Através da documentação analisada, Bomfim compreende que as rebeliões posteriores à independência, tanto quanto as anteriores ao império, não tinham nenhum interesse separatista, mas sim reivindicavam algumas melhorias ou indignações diversas (BOMFIM, 1930, p. 71-85). Aqui começa a sua crítica em relação à autoridade de Varnaghem como historiador. Aponta que suas investigações estavam atreladas ao seu serviço à monarquia: seria o "systematizador desta história – para o império e contra o Brasil" (BOMFIM, 1930, p. 111). De forma contrária, o autor inglês Southey demonstrou o valor, a potencialidade dos povos do Brasil, mesmo sendo um estrangeiro, já que em sua obra demonstrou o papel fundamental da população na formação brasileira (BOMFIM, 1930, p. 80-127).

Um throno assim mal parado precisava justificar-se, e ter aparências de motivos. Surgiu, então, o côro dos historiadores bragantinos, com o intuito mal escondido de demonstrar – que a nação deveria pertencer á dynastia "que fizera a independência". E com esse título, so, não bastasse, entraram, os empreiteiros dessa história, a infamar o Brazil, sonogando qualidades essenciais do seu caráter, inventando vícios e crimes por conta da nação, para terem ocasião de apontar serviços e benemerencia do mesmo throno. O primeiro effeito desta história desnaturante e antibrasileira foi o crime de

deixar-se ignorada, para o grande público nacional, a obra em que o Brasil é apresentado ao mundo, pela primeira vez como nação definitiva, de valor demonstrado – a *Historia do Brazil* de Roberto Southey. [...] Um Varnaghem, apenas superado, em capacidade de deturpação, pelo inesquecível escrevedor da *Função do império*; comparável em descriterio aos Moreira Azevedo e Fernandes Pinheiro. Não havia, para esses, outra orientação histórica, sinão os degrãos do throno (BOMFIM, 1930, p. 111).

A historiografia monárquica procurava, segundo Bomfim, em tudo *nutrir* a existência do seu regime. Sendo assim, as rebeliões eram categorizadas pejorativamente como “insurreição” ou “conjuração” por Varnaghem (BOMFIM, 1930, p. 109-111). Em Bomfim, a historiografia produzida no império fundava seus princípios na legitimação do poder político imperial, e por isso, era necessário problematizar suas informações. Neste processo, a história oficial acabava por sonegar a existência de outros historiadores que não possuíam tais filiações, como o próprio Southey e frei Vicente do Salvador. O livro deste último teria sido finalizado em 1627, mas não pôde ser publicado. A tarefa foi conferida a seu amigo português, Manoel Severim de Faria, que, acredita Bomfim, apesar de ter reconhecido o valor do trabalho de frei Vicente, pensou ser melhor apenas arquivar duas cópias na Torre do Tombo. Citando a hipótese de Capistrano de Abreu,⁵ Bomfim acreditava que a obra de Frei Vicente foi impedida de ser publicada pelas autoridades portuguesas devido as suas duras críticas ao Estado. Segundo Frei Vicente do Salvador, a metrópole, tida como excessivamente exploradora, se importava apenas em colher “suas rendas e direitos”, e as “ cousas públicas” se encontravam em abandono. Além disto, Bomfim acreditava que a produção literária do Frei, por conduzir sua *História do Brasil* com um “amor à terra natal”, poderia produzir um sentimento nacionalizante à colônia, o que seria um atentado a aquilo que o regime, de até então, chamava de estabilidade política (BOMFIM, 1930, p. 111-119).

O livro teria tido uma publicação oficial do governo⁶ onde faltavam partes que criticavam a administração, segundo o prefácio de Capistrano de Abreu. Bomfim confere a Frei Vicente uma maior respeitabilidade, pois, segundo o próprio Frei, escrevia sua história sem motivos para não tratar do que pensava, já que a faz “sem receber mercê alguma, porque os serviços do Brazil raramente se pagam”.⁷ Por este motivo o trabalho deste autor seria mais verossímil. Segundo Capistrano, Varnaghem teria tido uma cópia do manuscrito de Frei Vicente de Salvador, e nunca a trouxe a público.⁸ Capistrano acredita que Varnaghem utilizou de tais manuscritos como

⁵ O escritor do prefácio da edição do livro do Frei Vicente que Bomfim tinha em mãos.

⁶ Bomfim não menciona quando.

⁷ Bomfim cita a página onde se encontram estas informações no livro de Frei Vicente do Salvador, porem aqui não conseguiu recuperar a edição que ele utiliza.

⁸ Em nota Bomfim explica como, por um acaso, isto se deu (BOMFIM, 1930, p. 119).

fontes, assim como outros “documentos que não especifica e não são conhecidos”. Dessa forma, Bomfim faz apontamentos, novamente, a respeito da necessidade do historiador apresentar em sua obra como exerceu e orientou seu ofício. Em relação à crítica da historiografia monárquica:

Para elles, (historiadores da monarquia) desde a *História Geral do Brasil*, o verdadeiro mérito esta na quantidade de erudição com que encharcam as paginas [...] para symbolo da nulidade irritante, inane de ideias, mirrada de expressão [...] [Varnaghem] teria valido como escarafunchador de arquivos... Esse mesmo valor, elle o perdeu, no apossar-se da história – para torna-la cousa sua, e fazel-a nos interesses da sua fofa ambição. Historiador – grande historiador, não tinha, nem a capacidade reconstrutora de Mommesem, nem o poder evocador de Thierry, ou a sciencia estilizada de Taine, ou um tom humano Michilet e Gibson (BOMFIM, 1930, p. 120-122).

Para a escrita da história

Através deste trecho e dos autores que Bomfim aponta podemos entender melhor sua compreensão de como a historiografia deve apresentar seu conteúdo. Os autores citados se esforçam em dar síntese através de racionalidades que interligam os processos os quais investigam. Estevão Martins nos apresenta um quadro sobre a história científica e o positivismo do século XIX e início do século XX de grande utilidade para nossos problemas. Certa vertente positivista acreditou criar uma história científica e objetiva se abstendo de “paixões”, julgamentos e interpretações. Segundo Martins, o historicismo é pensado como a forma científica da história surgida no século XIX (MARTINS, 2008, p. 17). Segundo as prerrogativas historicistas do século XIX, o passado possui especificidades que se relacionam com o presente e o futuro através de um sentido, ou seja, uma filosofia da história. Para compreender esta relação e sentido os historiadores produzem método e ciência. O relativismo, ou seja, a impressão de que não se pode representar ou conhecer o passado devido as determinações de cada presente respectivo não são prerrogativas do historicismo, mas são a consequência que foi liberada com o que Martins chama de “desvio ou exacerbação contraproducente para o procedimento metódico”, a crítica das fontes e a compreensão (MARTINS, 2008, 18-19).

Há uma correlação, portanto, entre indivíduo-evolução que podem ser representados por excessos que aparentam se polarizarem, como a factualidade (particularidade, individual) ou a teorização (generalização, evolução, progresso). Estes são os *fatores de risco* os quais Iggers chama a atenção segundo Martins. Tornou-se também um legado desagradável do historicismo esta associação automática que

muitas vezes foi e é feita entre positivismo e historicismo. Uma versão ingênua do positivismo sacralizou as fontes e as informações coletadas em favor do conjunto (MARTINS, 2008, p. 19). A confusão com o positivismo empirista “gerou uma expectativa descabida de veracidade material”, uma constante busca e tematização da objetividade (MARTINS, 2008, p. 26).

Acredito que é contra tais proposições que Manoel Bomfim orienta sua crítica historiográfica que, apesar de não estar sintetizada em algum momento específico, perpassa seus argumentos em todo o livro. Portanto, podemos compreender que em *O Brasil na História*: 1) A história possui um papel moralizador intrínseco em relação à sociedade, enquanto memória e tradição de um grupo identitário em formação. Portanto, negar abordar isto na historiografia seria inconsequente já que, de forma inevitável, a história escrita alimenta estas memórias e tradições, além de possuir uma relação orientadora. 2) Encarar este processo não era negar a objetividade. Além disso, cria espaço para outras dimensões da realidade plástica, já que enfrentar esta dicotomia (objetividade\subjetividade) é uma parte inseparável do ofício de historiador. 3) É inconcebível atingir expectativas objetivas tão elevadas já que qualquer motivação historiográfica refere-se a uma personalidade (uma “paixão”, diria Bomfim) e, simultaneamente, associa-se a sentidos coletivos. 4) Se tal objetividade fosse possível, esta seria estéril e inútil, pois este conhecimento teria apenas função de anedota, de curiosidade, de entretenimento e não de potencialização das experiências. 5) Todo conhecimento que provoca algum tipo de alteridade detém a capacidade de realizar algum impacto em seu leitor.

336

E as consciências se distinguem necessariamente, sobre o fundo da physionomia nacional. Assim se condensam, então, e se objectivam as aspirações geraes, para a concreta solidariedade dos interesses da nação. No simples indivíduo, para os efeitos da iniciativa e nacidade da acção, o mais importante – o *motivo de confiança*, esse tem de consistir em uma nítida consciência de virtude intima, ou intuição do próprio valor, como que projecção de energias sobre o futuro, pelo desejo de realizar. [...] E como a história é o próprio registro da tradição, nas suas páginas se encontram os mais significativos fatores de decisão e tenacidade, os mais vehementes motivos de confiança coletiva. [...] É quando, impondo-se para orientação, a história vale também como demonstração de mérito e capacidade de realização (BOMFIM, 1930, p. 36-37).

Para além de se portarem como “cronistas da factuality”, os historiadores e os intelectuais, em geral, teriam que possuir o dever moral de desvelar a tradição, assim, sendo agentes de potencialização das possibilidades nacionais e, como consequência, da orientação e, por fim do progresso. Com o intuito de abreviar estas compreensões, cita que “Kausskiaccentúa: ‘A importância prática da história está, sobretudo, em multiplicar as forças dos que sabem utilizar as experiências do passado’. É a história –

orientação e demonstração de valor” (BOMFIM, 1930, p. 37). Como a história, enquanto experiências do passado e expectativas para o futuro, não coincide necessariamente com a escrita da história, aquele que a escreve deve se atentar a tais expectativas, que podem influir na mentalidade social (BOMFIM, 1930, p. 109-111). Esta “historiografia oficial” do império teria tido um efeito desmotivador na identidade nacional e produzido uma imagem internacional negativada, onde o Brasil era visto como um país de desordeiros e degenerados. Em *O Brasil na História*, toda historiografia estaria atrelada de alguma forma a algum sentimento de pertencimento.

Desta sorte, crea-se na história, mais do que em qualquer das instituições concretas, o mundo onde se encontram os desejos e as realizações, através dos tempos e das classes sociais. Vão com ella os sentimentos dominantes e fecundos, sem que isto lhe contradiga a função essencial, antes beneficiando-a, pois que o sentimento é o próprio estímulo na consciência. E vemos, então, como as novas necessidades cream novas constituições, renovada a organização das forças essenciais no agrupamento humano [...]. Para tanto, exige-se da história rigorosa coordenação de perspectivas vívidas, planejadas em lógica. [...] Mesmo sem tal intuito explícito, nelles [os grandes povos], a história é, sempre, a expressão, exagerada até, da grandeza nacional. [...] Também, si não fora assim, nada mais fácil do que compor a história universal: bastaria justapor as histórias nacionais – e teríamos a total historificação dos povos. Ora, quem assim procedesse, só obteria uma somma, contradizendo-se dentro de si mesma; uma verdadeira monstruosidade, visto que as histórias parciais não se completam, nem se coincidem – nos limites de umas com as outras. [...] compõe-se um *historia geral* como complemento da nacional [...] para formar o fundo onde se destaquem os feitos em que se engrandece aquella a que ella vem servir, feitos cuja glória é, necessariamente, sombra para outros povos (BOMFIM, 1930, p. 38-39).

337

Enquanto a historiografia, sob o “estandarte” do império não procurava intuir algum valor as experiências no Brasil, as historiografias de outras nações apresentavam esta preocupação. Não trazer a consciência o fato de que a historiografia pode ter um impacto incentivador ou desmotivador nas mentalidades ou que possui um papel claramente político seria uma ingenuidade e uma falha metodológica. Esta falha compunha um dos problemas que davam ao Brasil um papel marginalizado e atrasado frente à comparação com outras nações. Era preciso disponibilizar a nossa compreensão a respeito da nossa história, sob o risco de que, se não o fizermos, outras nações criariam seus juízos centralizados no que tangem as suas realidades e experiências, podendo soterrar a abrangente diversidade do Brasil. Ao analisar alguns relatos de viajantes franceses sobre o Brasil em seu primeiro item do terceiro capítulo, intitulados respectivamente de “O critério francez” e “Deturpações e insuficiências da historia do Brasil”, Bomfim conclui que seus intuitos procuravam confirmar suas “fantasias” ao invés de investirem na compreensão do real (BOMFIM, 1930, p. 56-68).

O ideal de extremas objetividades, enquanto modelo de imparcialidade total, não é metodologicamente possível. Sobre este método, conclui Bomfim citando Schiller: “quem ‘quer escrever, limita-se a escolher os que exerceram uma influência essencial sobre a forma presente do mundo e as condições das gerações actualmente vivas’. E ahi está – a escolha, que é tudo” (BOMFIM, 1930, p. 42). Investigar cientificamente a história, para Bomfim, não equivale, portanto, a uma distância metódica com o objeto estudado, defendida pela cientificidade de sua época, principalmente por autores como Comte e aqueles que engendraram possíveis compreensões de positivismo (ALONSO, 1995, p. 11). A identificação sentimental não tenderia o escritor a distanciar-se da objetividade, mas ir ao encontro com a mesma (GONTIJO, 2003, p. 131-142).

É quase impossível, pois que tudo se faz como apreciação de valores moraes e mentaes, para os quaes não há outra medida sinão o mesmo nível em que se encontra a consciência definidora, incluída necessariamente numa refracção, que é a da tradição que a inspira. Pretender, no caso, o effectismo objectivismo, é pretender que o indivíduo saia de si mesmo, que dispense todo o critério de julgamento, como a de visar fora de qualquer horisonte. Não: o historiador, a definir valores, ha-de ficar no ponto de vista humano, na refracção da tradição a que pertence. [...] *Conhece-te, homem!* É uma condição indispensável de êxito, para os indivíduos, como para as sociedades. Mas, não se pode chegar diretamente a tal conhecimento, quando se trata da sociedade, porque nenhuma consciência individual poderia abranger o complexo das relações em que se exprime a conexão – entre a atividade actual de um grupo nacional e o resultado geral e definitivo da vida (BOMFIM, 1930, p. 41).

338

Nota-se que para Bomfim, é necessário tomar consciência das motivações que orientam o ofício do historiador visto que seu aspecto pessoal é ontológico, e, em seguida, informá-la no procedimento de escrita como uma possibilidade enriquecedora da compreensão das experiências passadas.⁹ Bomfim cria este ideal de empatia através dos autores (citados por ele) como Kauski, Books Adans, Mommsen, Schiller e Carlyle. A ele são exemplos de autores que compreenderam o inevitável envolvimento sentimental em suas narrativas e escolhas. Conscientes a respeito do sentimento de pertencimento característico da formação dos Estados nacionais e sua consolidação, estes autores teriam, de alguma forma, colaborado na valorização das tradições de suas nacionalidades como apontado no primeiro capítulo, “A história pelos grandes povos”.

A citação que Bomfim faz de Mommsen¹⁰ resume esta sua prática de escrita, onde ele escreve que “não é a razão; é a paixão que faz a história, porque é a paixão

⁹ No caso do nosso autor, para investigar as potencialidades que demonstram de que o brasileiro foi capaz no passado.

¹⁰ Sem dúvida, Charles Darwin e Theodor Mommsen são as referências teóricas mais importantes para Manoel Bomfim. O primeiro é a base a respeito do princípio ético e político de Bomfim sobre o sucesso da espécie humana ser explicado pela sua sociabilidade e seus insucessos pela insociabilidade. O segundo é o expoente historiográfico teórico e metodológico o qual, para Bomfim, também assume parte desta cara responsabilidade ética e política.

que trabalha pelo futuro”, sendo que os grandes “quadros” da civilização humana serviriam como grandes exemplos estimuladores.¹¹ Apontar este olhar de valorização da história nacional significa também, para o nosso autor, instigar nas mentalidades a participação do processo de contribuição à expansão do ideal civilizacional e progressista. O sentimento de pertencimento, a busca pela identidade compartilhada entre os indivíduos, os posicionamentos das nacionalidades frente a outros povos e a sensação de que todas elas concorrem e compõem uma marcha ao progresso global são processos que lançam luz à compreensão das tensões e dos possíveis papéis que o conhecimento histórico poderia intuir.

Experiência e orientação

Quando trata da categoria *tradição*, o que desenvolve principalmente no primeiro capítulo de *O Brasil na História*, Bomfim dialoga em seu aparato erudito com Mommsen, Max Nordau e Kauski. Segundo o desenvolvimento da argumentação sobre o papel da tradição, esta poderia orientar os valores da sociedade moderna ao demonstrar as capacidades dos seus antepassados. Nos termos de Bomfim, estas experiências seriam uma “demonstração de valor” (BOMFIM, 1930, p. 37). O autor apoia tal ideia na concepção de que a história é também o registro da tradição, um argumento que segundo Bomfim, estaria na sua leitura da obra de Kauski. Aqui também se encontraria a pragmática da história: através das experiências do passado, enfatizar as potencialidades existentes nas múltiplas identidades de um povo. Por isto seria natural à historiografia de uma nação considerada desenvolvida promover valorização.

339

E compreende-se que todo progresso mental e social, para cada grupo humano, tem de fazer-se como reforço e apuro dos valores de consciência definidos na respectiva tradição. Daí a necessidade de buscar todos os fatos em que se torna sensível essa mesma tradição, e que as consciências mergulhem nela, até que a incorporem e lhe deem vida: a vida indispensável para o prosseguimento de fados próprios, pela plena expansão dos dons já revelados no passado. Não há que temer o termo: incluída no pensamento a ideia não nos leva a reacção, nem tende ao *chôvinismo*. Sim: a formula – tradição nacional não será para nós dique de estagnação, mas, nitidamente, formula de prosseguir, orientação indispensável, pois que o progresso humano – moral, político e social, só é possível como desenvolvimento e expansão da tradição em que o grupo nacional se definiu (BOMFIM, 1930, p. 12).

Ao mesmo tempo, não seria surpreendente que tal nação se coloque a frente de um processo histórico (considerado um *progresso* de forma econômica, política ou

¹¹ Grifo feito por Bomfim (1930, p. 38).

outros tantos) em detrimento de outros povos já que “Aos grandes povos, enquanto mantêm grandeza, não é difícil defender a própria história, e ter nellao necessário estímulo e inspiração”. É importante notar ainda que deste processo “resulta, finalmente, que há tantas *histórias universaes* quanto há de grandes tradições nacionais, que, assim, apparecem como centros de gravitação das outras tradições” (BOMFIM, 1930, p. 38-39). Nisto o autor intui que uma valorização exacerbada de uma nação pode acabar por tentar justificar dominações políticas ou hegemonias das mais diversas de um povo sobre o outro.

Infelizmente, a história nos responde, já o vimos, no critério de quem a faz, pois que, de facto, cada grupo vê e compreende a civilização de si para si, e deturpa os apreços geraes, como nas consciências se deturpa a nação do próprio valor pessoal. Os pretenciosos da língua chamam a esse modo de julgar de – *egocêntrico*. Apesar de toda a preciosidade da expressão, o facto, não teria maior importância, si não fora aquella circunstância – de que a deturpação se faz para proveito dos que já tem grandeza histórica, em detrimento dos menores, para maior afronta dos vencidos e dominados (BOMFIM, 1930, p. 41).

340

Seria esta outra tomada de consciência necessária por parte dos historiadores segundo Bomfim: escrever história sobre o “estandarte” de uma nação poderia justificar ou legitimar processos agressivos. Max Nordau julgava, segundo Bomfim, “ter explicado a essência das deturpações, quando nos diz: ‘o que era história para japonezes e hindus, nunca o foi para europeus e americanos...Logo, a história varia segundo os tempos e os lugares’”.¹² Uma historiografia vinculada às nações consideradas em maior “grau civilizacional” pode produzir explicações históricas centralizadas em suas constituições, ignorando a participação de outras tradições, de outras identidades, de outros povos, na formação dos diversos processos de burocratização e racionalização que caracterizam a modernidade. Para Bomfim, o historiador deve matizar na escrita da história as contribuições das possíveis tradições envolvidas em um “acontecimento” ou “ganho” no processo civilizatório. Deste modo, aponta que Hegel teria cometido tal erro, ao abordar que “a Europa é a finalidade incondicionada da História Universal”, o que legava às Américas e à Ásia as condições respectivas de escravas e colônia.¹³

Taesdespauterios constituem as últimas falsificações de criterio, no sentido de diminuir, ou, mesmo, desclassificar os povos hoje decahidos, em favor dos dominadores do momento, e que se atribuem, por isso, superioridades essenciais. [...] E é por isso mesmo que os *superiores* do momento procuram reforçar os seus valores de tradição com esses motivos de apparencia

¹² Manoel Bomfim cita a página quatro do livro *Le Sens de l'Historie* de Max Nordau, não menciona data (BOMFIM, 1930, p. 53).

¹³ O grifo foi feito pelo próprio Bomfim (BOMFIM, 1930, p. 54).

científica-; pulhices que se desmentem na própria história. O pior, no caso, é que, finalmente, nem se pode lóbrigar a realidade do passado, na destorção a que o submetem, de tradição em tradição, e tudo nos aparece como turbação e falsificações, de uma história sem logar para desenvolvimentos lógicos e necessários. Mentira verificada, mas, consentida, e aplicada no valor de exactidão, a história affasta a verdade e a restringe, no julgamento do Francez, ou a isola em presumpção, com os Germanicos, para, ao mesmo tempo, deprimir o brio do Hollandez, ou do Mexicano (BOMFIM, 1930, p. 52-53).

No ensaio analisado a história se constitui de múltiplas experiências passadas, as quais podem e devem através da historiografia, ser desveladas e interpretadas pela razão e pela subjetividade na busca pela orientação e potencialização das experiências do presente pelas do passado. A categoria *tradição*, para Bomfim, se define como práticas compartilhadas sobre como foi e pode ser o agir na diversidade da existência humana. Estas noções também são descritas quando o autor trata de problemas como o da defesa territorial. No momento onde a corte portuguesa foi transferida para o Brasil, uma série de medidas políticas centralizadoras teriam tido início, o que desestruturou práticas e comportamentos.

O acirramento da política teria desmembrado a estrutura do funcionamento orgânico da colônia de até então, além de ter forçado as tradições a se reconfigurarem: “causas de deturpação, inherentes a nossa própria historia, são esses influxos resultantes de uma metropole decahida, degradada em todas as suas energias, em que perverte os motivos políticos e o ambiente social, no mesmo esforço em que se apega a colônia que lhe dá vida e força aparente” (BOMFIM, 1930, p. 71). É possível compreender, portanto, que a *tradição* não é entendida como uma prática originária, única representante de uma nacionalidade verdadeira e autêntica ou que corresponderia a essência primordial da identidade de uma nacionalidade. Em o *Brasil na História*, o conceito de tradição é definido como um o qual possui historicidade: suas transformações vão ao encontro da plasticidade de novas experiências a serem compartilhadas pelo coletivo. Para Bomfim era possível, e necessário, fazer juízo destas tradições múltiplas. Nas palavras de Manoel Bomfim:

A historia seria um luxo perdido, inutil dispêndio de inteligência a que o homem não se entregaria, si não houvera a tradição, com a sua indiscutível utilidade – estímulo e orientação. Com esta compreensão cinemática da tradição, tudo nos parece lógico: ella é a forma de uma marcha orientada. A realização social se faz, necessariamente, em esforços individuais; mas é na tradição que se definem as possibilidades de harmonia entre o individuo e o conjunto social. Podemos considerl-a, pois, como a própria sociedade em continuação, tanto se condensamnella, as afinidades activas, graças às quaes se mantem e se desenvolve, em cada grupo, a vida social (BOMFIM, 1930, p. 14).

A historiografia “inane de ideias”,¹⁴ factual, cronológica era tratada para Bomfim como inútil, o que não corresponderia a sua compreensão do que é a história enquanto experiências dos homens no tempo. A história não seria um “recipiente” de exemplos ou uma *historia magistra vitae*. É apresentada como um aglomerado de experiências dos grupos, das identidades no tempo, e nela é possível verificar como aqueles homens, ligados às suas práticas, enfrentaram seus problemas, existiram em sua experiência de tempo histórico. Isto se torna claro, quando o autor aponta que as tradições podem ser transformadas por diversos fatores. Revelar tradições anteriores e as considerar parte do nosso passado pode, através de alteridades, “estimular” a sociedade: “Desde sempre atenderam os povos as suas glórias históricas; mas, só nos últimos séculos, foi a história considerada como orientadora e estimulante do progresso social. O facto se manifestou com o empenho em fazer a filosofia da história,¹⁵ para dellatirar inspirações de progresso – para definir o mesmo progresso, cuja a noção é bem recente” (BOMFIM, 1930, p. 21).

A multiplicidade de compreensões a respeito do mundo (historiografias, filosofias, ciências, etc.), torna, para Bomfim, impossível criar uma ordenação que dê conta da realidade como um todo. Aponta que a noção de filosofia da história possui historicidade, e foi uma necessidade recente nos últimos séculos que trouxe sua fundação. Os gregos ou os romanos, os quais ainda são consultados em seus estudos filosóficos, políticos e jurídicos, não conheceram uma noção de “progresso” similar a da modernidade. Segundo o autor:

Porque tal noção teve de ser inferida na própria vida moral, e só muito recentemente chegou a consciência humana a esse grão de intensidade e de profundidade, necessário para realizar a completa análise íntima, que permite reconhecer, em cotejo com os efeitos de outras consciências, as diferenças de grão e de desenvolvimento moral, refletidos na visão interior (BOMFIM, 1930, p. 21-22).

O que me parece é que, entre outras possibilidades, são separadas duas experiências de tempo histórico, uma moderna e uma anterior a esta. A formatação moderna teria se constituído quando uma espécie de moral analítica do mundo se tornou uma experiência compartilhada, naturalizada entre a mentalidade, quando cotejada, com outras temporalidades. Esta mentalidade se instaura, segundo o próprio Bomfim, quando as noções de “estados”, “mutações” e “evoluções” passam a fazer parte das mentalidades modernas. A ideia de progresso moderno não se instaurou

¹⁴ Com esta expressão Bomfim parece definir que esta historiografia acreditava não ser possível interpretar, fazer juízo ou compreender sentidos a história. Para ele, esta historiografia, com o intuito de se manter objetiva, se apresentava como “desveladora” dos detalhes factuais (BOMFIM, 1930, p. 120-122).

¹⁵ *Filosofia da história* como atribuição de sentido racional a história.

anteriormente já que nenhuma experiência “teve força para abalar a filosofia política e social, que, em Platão e Aristóteles, presume, sempre, estabilidade, em formas definitivas. Só muito tarde, quando prevalecem as concepções da segunda metade do século VIII, com Lessing, Prestley, Turgot, Goethe... é que a ideia de progresso se tornou noção definitivamente aceita [...]”. Ou seja, na experiência anterior à da modernidade, o mundo era marcado pelo esforço em criar estabilidades, em manter a forma. Na experiência moderna a “longa sucessão de formas e de *estados derivados* toma o valor de um facto próprio: é a evolução”.

Segundo Bomfim, a compreensão de progresso, como transformação se estende a toda natureza e universo. Apesar de ser uma noção *a priori* da própria existência física e biológica, este conceito é experimentado pela cultura como derivado da experiência histórica. Esta noção não é encarada aqui como um ganho incontornável, mas um processo histórico, como vimos, historizado. E é justamente por isto que as sociedades modernas ocidentais, ao não intensificarem suas experiências pelo passado ou tradição, incorre ao risco de anular seu aspecto transformador, progressista. Por isto, reifica novamente a importância da história: “cotejar” as experiências no tempo a fim de “potencializar”, dando “novas energias” ao presente. Esta noção também é naturalizada na modernidade, simultaneamente a outro processo intrínseco a ela. Podemos aponta-lo através da seguinte citação:

Ora, se tanto pretende e proclama a filosofia moderna é porque reconhece e proclama a igualdade de natureza moral entre os indivíduos. Foi, essa, a grande descoberta, de que decorre a própria noção de progresso. [...] “apezar de todas as desigualdades sociais e de aptidões, há analogia essencial nas almas” (BOMFIM, 1930, p. 23).

343

Bomfim, quer apontar aqui, o debate moderno sobre o direito natural do homem. Se estava naturalizado nas mentalidades modernas a experiência de que todos possuem os mesmos direitos e por isto podiam ir rumo a “conquista da igualdade entre os homens”, a ideia de que é possível adquirir melhorias converge com a de progresso. É para apontar a existência histórica das ideias e mentalidades que Bomfim evoca o processo que trouxe à modernidade a noção de igualdade. Se o direito natural é uma experiência histórica, temporalizada, é necessário investigar na história como ele se formatou para cotejá-lo (palavra utilizada pelo autor) com o presente e intensificá-lo, a fim tratar de sua manutenção. Assim produz-se um balanço crítico das possibilidades que o presente estaria projetando ao futuro.

A Bomfim, este era um exemplo caro a sua concepção de uma utilidade ontológica da história. O cotejamento desta tradição poderia trazer a “potencialização” a qual tanto insiste. A ele parece urgente, na sua experiência de tempo, que se faça esta

reavaliação. Havia o grande risco das novas ciências estabelecerem o contrário, criando uma nova tradição, uma nova mentalidade que determinava uma diferença entre os homens, mesmo baseando-se em falácias, o que traçava um entrave ao progresso.¹⁶ Investigar e matizar esta concepção científica na historiografia deveria ser uma questão para os historiadores afim de que se problematizasse uma possível desestruturação do ideal de igualdade entre os homens. Como este ideal possui existência histórica, ele poderia simplesmente se perder caso não fosse reificado. A citação a seguir também lança luz ao seu conceito de *evolução*, que me parece ser a simples passagem de um estado ao outro, sem necessariamente um valor qualitativo, demonstrando uma noção processual da história.

Tal desenvolvimento evolutivo nos explica porque, além da ideia mesma de progresso, outras ideias (e até métodos) que nos parecem essenciais, só tão tardiamente tenham surgido. [...] Há, mesmo, perfeita analogia entre o valor dado a noção de *progresso*, e a de *livre arbítrio*. Na realidade objectiva, não há progresso, pois que não poderia haver *melhor* ou *peior* – Há evoluções; mas, conscientes, no orientar e animar os nossos esforços, agimos como se houvesse, de facto, progresso, e conduzimos a acção para aquilo que, no subjectivo da espécie, consideramos como *melhor* (BOMFIM, 1930, p. 24-25).

344 Aqui é cabível tratarmos de outro ponto importante e marcante em sua obra. Manoel Bomfim era médico e estudou psicologia em sua viagem à França. Em 1902 foi a Sorbonne onde estudou psicologia experimental com Alfred Binet e George Dumas, entrando em contato com os livros de autores como Waitz, Martin de Moussy, Quatrefegat e Bagehot estudou (AGUIAR, 2000, p. 301). No texto de *O Brasil na História*, nota-se que os indivíduos são agentes de transformação da sua experiência. Porém, esta transformação apenas é possível, quando estes indivíduos se organizam em grupos "orgânicos", que compartilham práticas (tradições) e identidades como podemos perceber na citação anterior. Como as transformações, as experiências, as tradições, o progresso e os ideais e ideias, enfim, tudo aquilo que envolve o coletivo se torna generalizado? Como pode passar do esforço do indivíduo, a comoção generalizada das mentalidades e finalmente a realização social? Como provavelmente já foi possível perceber, para Bomfim o que permite entender estes processos é a noção de mentalidade coletiva.

A análise, feita por alguns indivíduos (como os historiadores, artistas, cientistas, e outros grupos) se coloca a frente da opinião pública como representante de uma síntese de determinadas experiências. Estas análises podem adquirir uma grande repercussão entre outros indivíduos, além de responder similarmente às questões

¹⁶ Refiro-me as teorias racialistas.

postas sobre as experiências de outros homens. Ainda, novamente explicitado nas palavras de Bomfim, ocorre “o cotejo das propriedades congêneres e das atividades análogas, de indivíduo a indivíduo” (BOMFIM, 1930, p. 23). Estas consciências seriam “refletidas” umas nas outras, através do cotejamento, do compartilhamento ou das afinidades, ou seja, ao verificar a similitude de análise (ou de uma questão) posta pela experiência, a mentalidade formada passa a ser compartilhada por coletividades e se torna naturalizada (BOMFIM, 1930, p. 25-31).

Na evolução da psyché, a *consciência reflectida* é estágio ultimo. Já havia história, e a humanidade era, ainda, uma qual nebulosa de consciência social, ate que a synthese – inteligência-sentimento foi bastante cohesa e lúcida para examinar-se a si mesma, na prescruta de seus processos de realização, e dos próprios diferentes modos de ser. [...] Como indivíduos, vamos nos sentindo de uma finalidade social, realizada no grupo a que pertencemos: é o progresso – político, moral, econômico ...incluindo no programa nacional, e que é, finalmente, uma relação de causalidade, entre acções pessoais e fins comuns [...] (BOMFIM, 1930, p. 25).

De acordo com suas concepções darwinistas (Bomfim deixou um livro inacabado intitulado *A moral de Darwin*), o meio influi de alguma forma no desenvolvimento da história humana, mas através das possibilidades geradas na solidariedade entre os agentes sociais. Moral, justiça, solidariedade, humanidade – são sentimentos que asseguram o progresso humano¹⁷ “pelo apuro e reforço constante dos sentimentos socializadores” (BOMFIM, 1930, p. 25). Assim sendo, o homem é agente transformador de seu meio, mas para que esta transformação se efetive de forma mais intensa é necessário formar consciência. Apenas o ser social é que define o caráter compartilhado entre os outros homens e, mesmo que a ação de muitos seja espoliada pela ação de poucos, estará sempre fadada à vontade social.

É possível notar tal argumento na sua interpretação sobre o regime monárquico português. A aristocracia que aqui se instaurou com a vinda da Corte em 1808 apoiou uma monarquia em prol da manutenção de seus privilégios, apesar das muitas revoltas sociais e pressão por uma política mais representativa. Porém, o influxo da vontade social teria repreendido o regime até que a sua vontade fosse feita (BOMFIM, 1930, p. 265-276). Dessa forma, a ação social, ou qualquer possibilidade de transformação são postas em prática pelos homens como uma manifestação da coletividade. O que põe este ser social a agir de forma orgânica, ou a não agir, seriam as mentalidades, que se formariam a partir do compartilhamento de experiências e identidades. Cabe lembrar o título completo do livro que aqui é colocado como nossa fonte: *O Brasil na*

¹⁷ Segundo Bomfim (1930, p. 25), para Darwin o sucesso da espécie humana é explicado pela sociabilidade e solidariedade e não pela sobrevivência do mais forte em um estado de todos contra todos.

História: deturpação das tradições, degradação política. Caso as tradições não sejam evidenciadas e intensificadas a fim de potencializar os sujeitos sociais enquanto agentes de transformação, a ação coletiva possivelmente estará comprometida, contra, inclusive um Estado oligárquico ou autocrático.

É na valorização das tradições que seria possível potencializar e orientar progressos (BOMFIM, 1930, p. 179-193). As experiências podem oferecer heranças e ressignificações através de cotejos ou esforços de síntese, mas não possuem causas e consequências diretas. Se o conhecimento contido no trabalho do historiador pode estar entre aqueles que influem nas mentalidades, potencializam e dão novos significados ao passado, em alguma proporção a historiografia constitui-se ativa na configuração do presente.¹⁸ Bomfim, procura instigar seus leitores historiadores a refletir sobre seu ofício e a tomar consciência da possibilidade de intuir no presente como uma tarefa, como uma responsabilidade característica da pesquisa e escrita da história. A historiografia é provocada a enfrentar dimensões de realidades passadas e assumir seus traços subjetivos e objetivos.

Referências

- 346 AGUIAR, Ronaldo Conde. **O Rebelde Esquecido**: tempo vida e obra de Manoel Bomfim. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000.
- ALONSO, Angela. **O positivismo de Luís Pereira Barreto e o pensamento brasileiro no final do Século XIX**. Coleção documentos. Série Teoria Política. IEA/USP, São Paulo, 1995. v. 9.
- ARANTES, Paulo Eduardo. **Sentimento da dialética na experiência intelectual brasileira**. Dialética e dualidade segundo Antônio Candido e Roberto Schwarz. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- ARAUJO, Valdei Lopes de. Sobre a permanência da expressão história magistral vitae no século XIX brasileiro. In: ARAUJO, Valdei Lopes de. MOLLO, Helena Miranda. NICOLAZZI, Fernando F. (Org.). **Aprender com a História?** O passado e o futuro de uma questão. Rio de Janeiro: FGV, 2011.
- BENTIVOGLIO, Julio. A Historische Zeitschrift e a historiografia alemã do século XIX. **História da historiografia**, Ouro Preto, n. 6, 2011.

¹⁸ Com isso, não quero dizer que a historiografia fornece a única ou a melhor compreensão sobre as experiências passadas ou de ressignificação do passado. Existem, é claro, múltiplas, tais quais as memórias, a literatura, os museus, o folclore, entre muitos outros. É necessário apontar que estas outras possibilidades não fizeram parte das nossas questões, mas compõe a realidade da experiência de tempo de nosso recorte.

- BENTO, Luiz Carlos. Teórico, ensaísta ou rebelde: A importância do pensamento sócio-histórico de Manoel Bomfim para a historiografia brasileira". **Revista Expedições - Teoria da História e Historiografia**, Goiás, v. 1, n. 1, 2010.
- BOMFIM, Manoel. **A América Latina**: males de origem. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993.
- _____. **O Brasil na América**: caracterização da formação brasileira. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1929.
- _____. **O Brasil Nação**: Realidade e Soberania Brasileira. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 2 vols., 1931.
- _____. **O Brasil na História**: deturpação das tradições, degradação política. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1931.
- BOTELHO, André. Educação e modernidade no Brasil. **Cultura Vozes**, São Paulo, v. 93, n. 1, p. 122-145, 1999.
- _____. **O batismo da instrução**: atraso, educação e modernidade em Manoel Bomfim. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.
- BOTELHO, A. Passado e futuro das interpretações do país. **Tempo Social**, v. 22, p. 47-66, 2010.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: _____. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Papirus: Campinas, 1996.
- CAMARA, Sônia. O Intelectual educador Manuel Bomfim e a Interpretação do Brasil e da América Latina. **HISTEDBR On-line**, v. 11, n. 44, 2011.
- CASTILHO, Mariana Moreno. O desejo da mímica e a consolidação da emergência de branquear e educar concebida por Silvio Romero. **Esboços - Revista do programa de pós-graduação em História da UFSC**, Florianópolis, n. 12-13, 2005.
- CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.
- COSTA, Jean Carlo de Carvalho. "Nação, estado e raça em Manoel Bomfim: a impertinência bomfiniana em torno da identidade nacional". **Cronos**, Natal, v. 9, p. 417-438, 2008.
- CUNHA, Euclides da. **Os Sertões**. São Paulo: Três. 1984.
- DANTES, M. Amélia (org.). **Espaços da ciência no Brasil (1800-1930)**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001.
- FILHO, Aluísio Alves. **Manoel Bomfim**: Combate ao racismo, educação popular e democracia racial. São Paulo: Expressão popular, 2008.
- GENETTE, Gérard. **Paratextos Editoriais**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2009.
- GONTIJO, Rebeca. "Manoel Bomfim (1868-1932) e a escrita da História do Brasil". **Revista Brasileira de História**, v. 23, n. 45, p. 129-154, 2003.
- GOMES, Angela de Castro. **A república, a história e o IHGB**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2009.

- GONTIJO, Rebeca. Manoel Bomfim: 'pensador da história' na Primeira República. **Revista Brasileira de História**, v. 23, n. 45 p. 6-7, 2003.
- GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. **Estudos Históricos**, v. 1, n. 1, 1998.
- _____. Usos da história, refletindo sobre identidade e sentido. **História em Revista**, Pelotas, v. 6, 2000.
- JANCSÓ, István, PIMENTA, João Paulo G. Peças de um mosaico: ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira. In: MOTA, Carlos Guilherme. **Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000)**. São Paulo: SENAC, 1999.
- KROPF, Simone Petraglia. Manoel Bomfim e Euclides da Cunha: vozes dissonantes aos horizontes do progresso. **Hist. cienc. Saúde**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, 1996.
- KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC/RJ, 2006.
- LAHUERTA, Milton. Os intelectuais e os anos 20: moderno, modernista, modernização. In: COSTA, Wilma Peres da; LORENZO, Helena Carvalho de (Org.). **A década de 1920 e as origens do Brasil moderno**. São Paulo: Ed. Unesp, 1997.
- MARTINS, Estevão C. de Rezende. Historicismo: o útil e o agradável. In: VARELLA, Flavia Florentino; MOLLO, Helena Miranda; MATA, Sergio Ricardo da; ARAUJO, Valdeci Lopes de. **A dinâmica do historicismo: revisitando a historiografia moderna**. Belo Horizonte: Argumentum, 2008, p. 15-48.
- MICELI, Sergio. Bourdieu e a renovação da sociologia contemporânea da cultura. **Tempo soc.**, São Paulo, v. 15, n. 1, 2003.
- MORAES, João Quartim de. O positivismo nos anos 20: entre a ordem e o progresso. In: COSTA, Wilma Peres da; LORENZO, Helena Carvalho de. (Org.). **A década de 1920 e as origens do Brasil moderno**. São Paulo: Ed. Unesp, 1997.
- NABUCO, Joaquim. **O abolicionismo**. Brasília: Senado Federal; Conselho Editorial, 2003.
- NETO, Manoel Pereira de Macedo. Construindo percursos contra-hegemônicos: contribuições de Manoel Bomfim para a história, a historiografia e a educação brasileiras. In: Encontro estadual da ANPUH, XIII: História e historiografia: Entre o Nacional e o Regional. **Anais...** Guarabira, 2008. Disponível em: <http://www.anpuhpb.org/anais_xiii_eeph/textos/ST%2006%20%20Manoel%20Pereira%20de%20Macedo%20Neto%20TC.PDF>. Acesso em: 30 jul. 2015.
- NICOLAZZI, Fernando. **Um estilo de história: a viagem, a memória, o ensaio**. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. A questão nacional na primeira república. In: COSTA, Wilma Peres da; LORENZO, Helena Carvalho de (Org.). **A década de 1920 e as origens do Brasil moderno**. São Paulo: Ed. Unesp, 1997.
- OLIVEIRA, Maria da Glória de. Fazer história. Fazer história, escrever a história: sobre as figurações do historiador no Brasil oitocentista. **Revista Brasileira de História**, v. 30, n. 59, p. 37-52, 2010.
- PAYEN, Pascal. A constituição da história como ciência no século XIX e seus modelos antigos: fim de uma ilusão ou futuro de uma herança? **História da historiografia**, Ouro Preto, n. 6, p. 103-122, 2011.
- PORTUGAL, F. T.; JACO-VILELA, A. M.; MONTEIRO, D. B. R. Dominação, história e evolucionismo na América Latina: a perspectiva de Manoel Bomfim. **Psico**, v. 41, p. 325-331, 2010.
- PORTUGAL, Francisco Teixeira. Psicologia e história no pensamento social de Manoel Bomfim. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 10, p. 596-612, 2010.
- ROSAVALLON, Pierre. Por uma História Conceitual do Político. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 15, n. 30, p. 8-22, 1995.
- RÜSEN, Jörn. Narratividade e objetividade nas ciências históricas. **Textos de História**, Brasília, v. 4, n. 1, p. 75-102, 1996.
- SCHWARCZ, Lília Mortiz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na primeira república**. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- SUSSEKIND, Flora; VENTURA, Roberto. **História e dependência: cultura e sociedade em Manoel Bomfim**. São Paulo: Moderna, 1984.
- TORRES, Alberto. **O problema nacional brasileiro**. São Paulo: Companhia editora nacional, 1978.
- TURIN, Rodrigo. **Narrar o passado, projetar o futuro: Sílvio Romero e a experiência historiográfica oitocentista**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.
- UEMORI, Celso Noboru. Darwin por Manoel Bomfim. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 28, n. 56, 2008.
- VERGARA, Moema de Resende. As representações de ciência em espaços de divulgação no Brasil oitocentista uma nova pedagogia. ARAUJO, Valdeci Lopes de; MOLLO, Helena Miranda; NICOLAZZI, Fernando F. (Org.). **Aprender com a História? O passado e o futuro de uma questão**. Rio de Janeiro: FGV, 2011.
- VIANNA, Oliveira. **Populações meridionais do Brasil**. Brasília: Senado Federal; Conselho Editorial, 2005.